



ÁSIA/FILIPINAS - Um missionário: "O acordo governo-rebeldes decisivo para o futuro de Mindanao"

Zamboanga (Agência Fides) – O acordo de paz alcançado entre o governo das Filipinas e os rebeldes do "Moro Islamic Liberation Front" (Milf) "será decisivo para o futuro de Mindanao e para o desenvolvimento de suas populações de cristãos, muçulmanos e lumad (autóctones)". É o que declara à Agência Fides pe. Sebastiano D'Ambra, PIME, há 40 anos na ilha de Mindanao e fundador do movimento islamo-cristão "Silsialh", depois do acordo anunciado entre as partes. "O presidente Aquino - prossegue o missionário – trabalhou fortemente por um acordo de paz, mas ambas as partes demonstraram boa vontade. O ponto central é o 'domínio ancestral' que determina as terras e os recursos naturais entregue aos grupos muçulmanos locais". Todavia, nota pe. D'Ambra, "existem ainda facções islâmicas que não aceitam o acordo e que pretendem combater" e que, portanto, "permanece fundamental a obra de diálogo e de construção de boas relações entre cristãos e muçulmanos no sul das Filipinas".

Nos últimos dias, governo e rebeldes do Milf alcançaram um acordo sobre o conflito que há mais de 40 anos toca o sul do arquipélago. O acordo, estipulado na 32ª sessão de colóquios, realizada em Kuala Lumpur de 2 a 7 de outubro, foi definido "pedra fundamental para o país" e será ratificado oficialmente pelas partes no dia 15 de outubro. Em comunicado conjunto divulgado ao final dos colóquios, enviado à Fides, as partes afirmam que o acordo servirá como "arquitraze global para o processo de paz" e "põe as bases para uma paz justa e duradoura para Mindanao", a grande ilha do sul das Filipinas.

O acordo, que será submetido a referendo popular, prevê criar até 2016 uma região muçulmana semi-autônoma em uma área de Mindanao, onde vive a consistente minoria de cerca de 6 milhões de muçulmanos filipinos. O governo manterá o controle da defesa e da segurança, assim como a gestão da política exterior e econômica. As partes criarão um Comitê provisório para administrar a fase de transição que deverá supervisionar cinco províncias, três cidades e seis municípios que farão parte da região autônoma. Os municípios poderão aumentar após as eleições locais, previstas para 2013.

O resultado é um sucesso para a presidência de Benigno Aquino jr que, em seu programa político, havia prometido um acordo de paz que, como frisa o comunicado conjunto, "por um lado, garanta os direitos, a dignidade e a prosperidade do povo Bangsamoro (como são definidos os muçulmanos filipinos, ndr)" e ao mesmo tempo, respeite a soberania e a Constituição das Filipinas". (PA) (Agência Fides 8/10/2012)